



# SUMÁRIO EXECUTIVO DO PLANO DE AÇÃO NACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DOS MAMÍFEROS DA MATA ATLÂNTICA CENTRAL





estados da Bahia, Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e parte de Minas Gerais, em área sob alta pressão antrópica e de grande relevância no cenário socioeconômico do país. Tem como premissa o caráter sinérgico e sistêmico do processo de conservação, ou seja, ameaças comuns a diversas espécies devem resultar em ações de conservação que beneficiem não apenas a uma espécie, mas a um conjunto destas.

O PAN dos Mamíferos da Mata Atlântica Central contempla 27 espécies incluídas em categorias de risco, uma espécie considerada quase ameaçada e uma deficiente em dados, mas que apresenta apontamentos negativos quanto ao seu estado de conservação (Tabela 1). Dessas 27 espécies, 26 são endêmicas da Mata Atlântica e uma com ocorrência também na Caatinga (o macaco-prego-do-peito-amarelo, *Cebus xanthosternos*), criticamente em perigo, incluída no PAN para beneficiar as populações registradas na Mata Atlântica. O PAN inclui 13 espécies de primatas, entre elas as quatro espécies de micos-leões (*Leontopithecus* spp.) e dois dos mais ameaçados primatas do Brasil, o miquiriqui do norte (*Brachyteles hypoxanthus*) e o guariba (*Alouatta guariba guariba*), além de espécies de outras ordens, como 10 espécies de roedores (Ordem Rodentia), dois morcegos (Ordem Chiroptera), a preguiça-de-coleira (*Bradypus torquatus*) e o veado-bororó (*Mazama bororo*).



Christoph Knogge

## Ameaças

De acordo com dados do IBGE, a região inclui os três estados mais populosos (SP, MG e RJ) do Brasil, correspondendo a 42% do total da população brasileira. Estes estados são grandes produtores de laranja, cana-de-úcar e soja; somam o terceiro maior rebanho bovino do país (aproximadamente 19% do rebanho nacional) e respondem por aproximadamente 36% da produção avícola nacional. Além disso, são responsáveis por aproximadamente 70% da produção industrial nacional.

A perda da biodiversidade é apontada como um dos maiores problemas oriundos do crescimento populacional humano

e atividades que dele decorrem (aumento das áreas urbanas e cultivadas, poluição atmosférica e aquática, aumento da malha rodoviária etc.), além de práticas predatórias como a caça, o tráfico de animais, a exploração de madeira etc. De acordo com as informações levantadas no PAN, mais de 60% das espécies apresentam-se impactadas por ameaças decorrentes de atividades antrópicas (Figura 1).

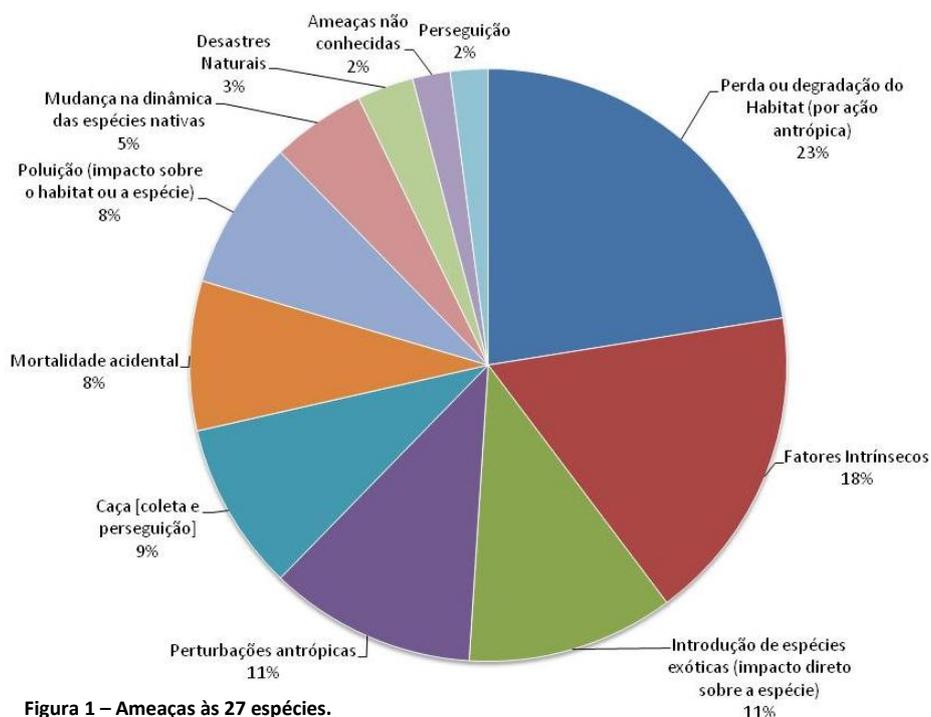


Figura 1 – Ameaças às 27 espécies.



Beatriz Dias Amaro

Uma estratégia que vem sendo aplicada para minimizar os efeitos da perda e fragmentação dos habitats é a criação de áreas protegidas de diversas categorias, visando a conservação *in situ* da fauna e da flora. Na porção central da Mata Atlântica, mais de seis milhões de hectares estão protegidos, inclusive na forma de unidades de conservação federais e estaduais que juntas somam aproximadamente 5.928.046,52 hectares; destaque-se além destas, a rede de reservas particulares do patrimônio natural (RPPN) (com mais de 40 mil hectares nesta região do PAN) auxiliando nos processos de conexão entre os fragmentos de vegetação e contribuindo assim para o fluxo gênico entre as populações animais.

Apesar de todos os esforços já investidos, os problemas oriundos do crescimento populacional humano como a degradação e a fragmentação

dos habitats, ainda acentuadas, o manejo inadequado e extremamente impactante ao meio ambiente das mais diversas culturas agropecuárias, a deficiência no planejamento para a expansão das áreas urbanas e rurais, entre outros, ainda se fazem presentes. Com isso, o número de espécies ameaçadas pode aumentar e algumas podem deixar de existir nas próximas décadas se ações de curto e médio prazo não forem tomadas.

## Estratégia do Instituto Chico Mendes para a Conservação dos Mamíferos da Mata Atlântica Central



O PAN dos Mamíferos da Mata Atlântica Central foi consolidado em duas etapas. A primeira constituiu na elaboração de uma ficha: uma compilação de dados biológicos e das potenciais ameaças e vetores de pressão para cada uma das espécies, com base na literatura e nas informações prestadas pelos especialistas.

A segunda etapa foi a realização de uma oficina de planejamento, em Ilhéus (BA) de 15 a 20 de novembro de 2010 com 60 representantes de instituições nacionais e internacionais, governamentais e não governamentais. Nesta ocasião, foram delimitadas quatro sub-áreas estratégicas, com base na sobreposição dos polígonos de distribuição dos táxons, sendo delimitadas as áreas com registros de ocorrência do maior número de espécies

(Figura 2). Também foram apontados os problemas e ameaças mais relevantes que afetam a conservação das 27 espécies. Com base nos problemas e ameaças, foram propostas seis metas e mais de 100 ações buscando a recuperação destas espécies e seus ambientes. Foram pactuados acordos com os articuladores e colaboradores, responsáveis pela execução de cada uma dessas ações.

### PORTARIA DE APROVAÇÃO DO PAN

Em 23 de dezembro de 2010, o plano foi aprovado por meio da Portaria n.º. 134 do Instituto Chico Mendes com objetivo, seis metas, 33 indicadores do alcance destas metas e mais de 100 ações para a conservação de 23 (vinte e três) táxons ameaçados de extinção, quais sejam: *Leontopithecus rosalia*, *Leontopithecus caissara*, *Leontopithecus chrysomelas*, *Leontopithecus chrysopygus*, *Callithrix aurita*, *Callithrix flaviceps*, *Álouatta guariba guariba*, *Brachyteles arachnoides*, *Brachyteles hypoxanthus*, *Cebus robustus*, *Cebus xanthosternos*, *Cailicebus personatus*, *Cailicebus melanochir*, *Bradypus torquatus*, *Lonchophylla bokermanni*, *Lasiurus ebanus*, *Phyllomys unicolor*, *Phyllomys thomasi*, *Phyllon'zys brasiliensis*, *Phaenomys ferrugineus*, *Callistomys pictus*, *Chaetomys subspinosus* e

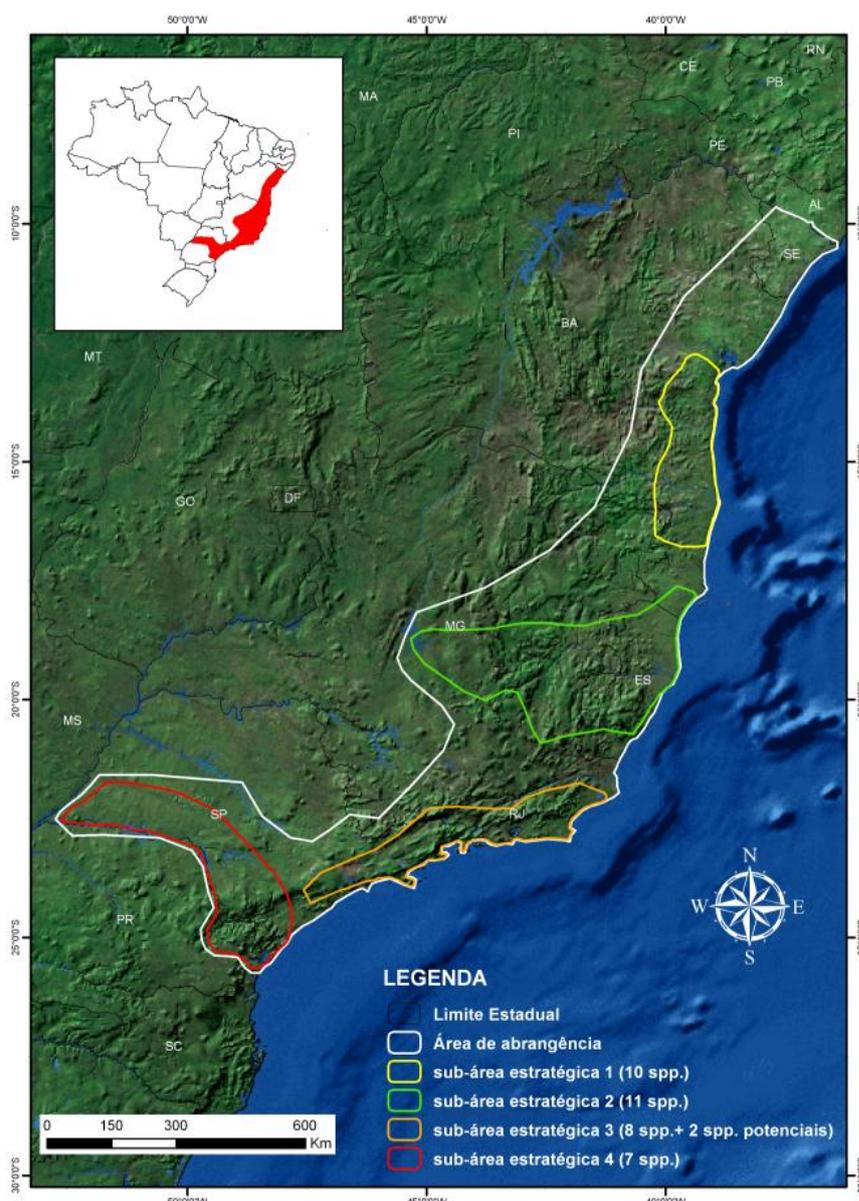


Figura 2 - Área de abrangência do PAN Mamíferos da Mata Atlântica Central e delimitação das áreas estratégicas.

*Rhagomys rufescens*. O PAN Mamíferos da Mata Atlântica Central inclui ainda (quatro espécies endêmicas com relevante grau de ameaças as suas populações: *Mazama bororo*, *Trinomys eliasi*, *Trinomysparatus* e *Trinomys moojeni*).

O objetivo do PAN Mamíferos da Mata Atlântica Central é incrementar a viabilidade das espécies-alvo, com a reversão do declínio populacional e ampliação da extensão, conectividade e qualidade de seus habitats em áreas estratégicas dentro de cinco anos, tendo como metas:

I - habitats mantidos ou ampliados, com conectividade incrementada;

II - pressão de caça sobre os táxons alvo reduzida;

III - populações in situ e ex situ dos táxons alvo manejadas adequadamente para incremento de sua viabilidade;

IV - risco gerado por populações alóctones de espécies com potencial invasor sobre os táxons alvo reduzido;

V - conhecimento chave para a conservação dos táxons gerado e disponibilizado para subsidiar a tomada de decisões relacionadas às estratégias de conservação;

VI - diretrizes deste PAN consideradas na elaboração e aplicação de políticas públicas, em especial o licenciamento ambiental e também para sensibilização da sociedade civil

### **GRUPO ASSESSOR ESTRATÉGICO PARA ACOMPANHAR A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO**

Caberá ao Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Primatas Brasileiros - CPB a coordenação do PAN Mamíferos da Mata Atlântica Central, com supervisão da Coordenação- Geral de Espécies Ameaçadas da Diretoria de Conservação da Biodiversidade - CGESP / DIBIO.

O Grupo Assessor Estratégico para auxiliar no acompanhamento da implementação do PAN Mamíferos da Mata Atlântica Central é composto por Gabriel Rodrigues dos Santos (Instituto de Estudos Socioambientais da Bahia), Kristel de Vleeschouwer (Antwerp Royal Zoological Society), Leonardo Carvalho de Oliveira (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Gastón Giné (Universidade Estadual de Santa Cruz), Paulo Cruz (ICMBio), Waldney Martins (Unimontes), Eliton Lima (ICMBio), Fabiano Rodrigues de Meio (Universidade Federal de Goiás), Maria Cecília Martins Kierulff (Instituto Pri-Matas), Luiz Paulo (Conservação Internacional Brasil), Ernesto Viveiros de Castro (ICMBio), Denise Rambaldi (Associação Mico-Leão-Dourado), Marcio Moraes (Associação Mico-Leão-Dourado), Carlos Eduardo Viveiros Grellie (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Rogério Oliveira de Souza (ICMBio), Christoph Knogge (Instituto de Pesquisas Ecológicas), Maurício Talebi (Universidade Federal de São Paulo), Marcelo Reis (ICMBio), Fernando Camargo Passos (Universidade Federal do Paraná), João Arthur Seyffarth (Ministério do Meio Ambiente).

O Plano de Ação Nacional dos Mamíferos da Mata Atlântica Central deverá ser mantido e atualizado na página eletrônica do Instituto Chico Mendes. Para saber mais acesse: [WWW.ICMBIO.GOV.BR/MANEJO\\_PARA\\_CONSERVAÇÃO/](http://WWW.ICMBIO.GOV.BR/MANEJO_PARA_CONSERVAÇÃO/)

## Matriz de Planejamento do PAN Mamíferos da Mata Atlântica Central

Metas	Indicadores (resultados esperados)	Ações	Estimativa de Custo (R\$)
1. Habitats Mantidos ou Ampliados com Conectividade Incrementada	1.1. 100% das espécies alvo do PAN com ocorrência no RJ e nordeste de SP com suas populações prioritárias protegidas sob a forma de unidades de conservação	• Inserir as áreas de ocorrência de <i>T. eliasi</i> na restinga de Maricá em unidade de conservação de proteção integral	10.000,00
		• Fazer gestão junto aos órgãos ambientais visando à criação ou ampliação de unidade de conservação de proteção Integral e reservas particulares do patrimônio natural, nas áreas prioritária para conservação dos táxons, identificadas no PAN	10.000,00
	1.2. Manutenção do habitat atual e aumento em pelo menos, 20% da conectividade entre áreas onde ocorrem as espécies alvo (mico-leão-preto, mico-leão-da-cara-preta, miquiquido-sul, veado-bororó e o rato-cururuá).	• Compilar dados existentes sobre a paisagem e ocorrência de mico-leão-preto no baixo, médio e alto Paranapanema, para elaboração de um programa de conectividade	10.000,00
		• Compilar dados já existentes acerca da distribuição geográfica conhecida do miquiqui e veado bororó em SP, nos principais maciços florestais, por exemplo, Serra do Paranapiacaba, Serra do Mar, Vale do Ribeira e região litorânea para elaboração de um programa de conectividade.	25.000,00
		• Iniciar o programa de conectividade para o miquiqui-do-sul ( <i>Brachyteles arachnoides</i> ) e o veado-bororó ( <i>Mazama bororo</i> ) no alto e médio Paranapanema e ampliar a conectividade (áreas de uso) do mico-leão-preto no baixo Paranapanema.	Não estimado
		• Fazer gestão junto às câmaras técnicas de compensação ambiental no âmbito federal e dos estados São Paulo e Paraná para aplicação de recursos financeiros nos projetos de conectividade para as espécies alvo.	Insignificante
		• Transformar os principais fragmentos e áreas de conectividade em áreas protegidas (unidades de conservação e reservas legais e propor recuperação das áreas de preservação permanentes (APPs)	300.000,00
		• Estimular a criação de RPPNs para garantir a integridade dos maciços existentes nas áreas de ocorrência das espécies alvo, em consonância com mecanismos de certificação florestal (HBI, HCV, FSC) e demais normatizações e fóruns de discussão pertinentes (diálogo florestal e Movimento "RPPNista").	200.000,00
		• Fazer gestão política para criação e ampliação de unidades de conservação, com propostas já existentes (ampliação da ESEC Mico-Leão-Preto, Entorno Parque Estadual Carlos Botelho, Parque Estadual Intervales, Parque Nacional de Guaricana e Reserva Biológica Bom Jesus, Parque Nacional Cristas da Mantiqueira - SP).	10.000,00 por hectare
		• Avaliar, elaborar e executar um projeto para conectividade da Ilha do Superagüi com o continente.	50.000,00
	1.3. Diminuição em pelo menos 50% da extração ilegal de palmito em UC e zonas de amortecimento com ocorrência do miquiqui-do-sul e do veado-bororó.	• Incluir no Plano Anual de Proteção Ambiental (PNAPA) do IBAMA, ações de inteligência, investigação e fiscalização em relação à extração do palmito <i>Euterpe edulis</i> .	Insignificante
		• Formalizar as parcerias com as polícias ambientais, IBAMA e órgãos gestores das unidades de conservação nos Estados de SP e PR, para efetivar as ações fiscalizatórias.	50.000,00
		• Incentivar a produção de culturas alternativas que venham a substituir o uso do palmito juçara, como por exemplo, a pupunha <i>Bactris gasipaes</i> .	10.000,00
		• Elaborar e executar um programa educativo a favor do consumo apenas de palmito juçara certificado.	20.000,00 por ano
		• Elaborar e executar um programa de marketing para uso do palmito juçara como uma das espécies bandeira da Mata Atlântica.	30.000,00
	1.4. Desenvolvimento de programa de saúde ambiental e medicina da conservação, contemplando os municípios onde ocorrem populações de mico-leão-preto, mico-leão-da-cara-preta, miquiqui-do-sul, veado-bororó e o rato-cururuá.	• Mapear os agentes zoonóticos, vetores e hospedeiros, ocorrentes no ambiente das espécies: mico-leão-preto, mico-leão-da cara-preta, miquiqui-do-sul, veado-bororó e o rato-cururuá.	20.000,00 por espécie, por ano
		• Incentivar e articular com os municípios onde ocorrem as espécies alv, a adoção de estratégias de combate a doenças e/ou patógenos infecto-contagiosos em animais domésticos, tal como campanhas de vacinação e vermifugação, priorizando o entorno das Unidades de Conservação. [	20.000,00
		• Realizar campanha de posse responsável de animais domésticos no entorno das unidades de conservação com ocorrência das espécies alvo (mico-leão-preto, mico-leão-da cara-preta, miquiqui-do-sul, veado-bororó e o rato-cururuá)	300.000,00
		• Realizar capacitação para monitoramento de epizootias nas áreas de ocorrência das espécies alvo (mico-leão-preto, mico-leão-da cara-preta, miquiqui-do-sul, veado-bororó e o rato-cururuá).	100.000,00
		• Realizar campanhas de educação sanitária e ambiental para as populações humanas usuárias das áreas de ocorrência das espécies: mico-leão-preto, mico-leão-da cara-preta, miquiqui-do-sul, veado-bororó e o rato-cururuá.	50.000,00
• Implantar projeto de tratamento de efluentes domésticos dentro das unidades de conservação e articular no entorno (áreas de amortecimento) e nas APA onde ocorrem as espécies alvo (mico-leão-preto, mico-leão-da cara-preta,		1.000.000,00	

		muriqui-do-sul, veado-bororó e o rato-cururuá).	
1.5. Integridade (sem efeito antrópico expressivo) de pelo menos 70% dos grandes fragmentos (> 1.000 ha.) mantida no sul e baixo sul da Bahia.		• Identificar e mapear os grandes fragmentos (>1000 ha) de ocorrência das espécies alvo, no Sul e Baixo Sul da BA.	10.000,00
		• Identificar e priorizar as áreas de relevante interesse para manutenção das populações das espécies alvo, por meio de um planejamento sistemático, considerando inclusive a estrutura e complexidade florestal.	75.000,00
		• Propor a criação de novas UC de proteção integral nos fragmentos identificados como de relevância para a manutenção das populações viáveis das espécies alvo.	100.000,00
		• Incentivar a criação e implementação de RPPN por meio da execução dos programas já existentes na região (PRESERVA, Corredores Ecológicos, Sema-BA).	75.000,00
		• Implementar pelo menos 25% das UC existentes nas áreas de ocorrência das espécies alvo (regularização fundiária, ampliação do efetivo de pessoal, elaboração-revisão de Planos de Manejo e melhoria da infraestrutura).	5.000.000,00
		• Fazer gestão junto às instituições fiscalizadoras (IBAMA, ICMBio e IMA) para verificar o efetivo cumprimento da regularização ambiental (licenciamento ambiental da propriedade, RL e APP) das propriedades localizadas nas áreas de relevância para a manutenção das populações das espécies alvo, prioritariamente nas áreas circundantes das UC e grandes fragmentos (>1.000 ha.) identificados como prioritários.	50.000,00
1.6. Cobertura florestal ampliada em pelo menos 15% nas áreas de relevância para as espécies alvo com ocorrência no sul e baixo sul da Bahia.		• Identificar as áreas prioritárias para restauração florestal primando a formação de corredores entre as áreas de relevância para a manutenção das populações das espécies alvo.	100.000,00
		• Incentivar a restauração florestal com espécies nativas nas áreas prioritárias para formação de corredores entre as áreas de relevância para a manutenção das populações das espécies alvo.	1.000.000,00
		• Incentivar a demarcação, manutenção e recomposição de RL e APP por meio da execução dos programas já existentes na região (TNC, Floresta Viva, Corredores Ecológicos e MPE-BA) com o estabelecimento da conectividade entre os fragmentos de relevância para a manutenção das populações das espécies alvo.	100.000,00
		• Elaborar e executar projeto de sensibilização para restauração e manutenção da cobertura florestal (agricultura sustentável, uso legal dos recursos florestais e do fogo) nas áreas prioritárias.	600.000,00
		• Fazer gestão junto às instituições financiadoras (BB, Banco do Nordeste e BNDES) no momento da contratação de crédito, a exigência da regularização ambiental (licenciamento ambiental da propriedade, RL e APP) das propriedades rurais na área de ocorrência das espécies alvo.	5.000,00
1.7. 100% das áreas de Cabruca (cultivo de cacau sombreado por árvores nativas) no sul e baixo sul da Bahia mantidas em áreas relevantes para as espécies alvo.		• Realizar caracterização estrutural (composição e densidade de espécies de árvores de sombra, estrutura vegetal, recursos) das cabrucas/plantações de cacau sombreadas na região e mapeá-las.	350.000,00
		• Identificar quais e como as espécies alvo, que ocorrem na região cacauzeira ( <i>L. chrysomelas</i> ; <i>C. melanochir</i> ; <i>C. xanthosternos</i> ; <i>C. subspinosus</i> ; <i>C. pictus</i> ; <i>B. torquatus</i> ) utilizam os diferentes tipos de cabruca e cacau sombreado na região.	200.000,00
		• Definir as condições mínimas (estrutura vegetal, densidade de recursos-chave) necessárias para que as espécies alvo usem as cabrucas e cacau sombreado como corredores e/ou área de uso.	50.000,00
		• Criar uma câmara técnica formada por atores interessados (MARS; Instituto Cabruca e outros) para promover a implementação de certificação do cacau Amigo da Biodiversidade.	100.000,00
		• Incentivar os produtores a certificarem (certificação Amigo da Biodiversidade) suas plantações, por meio de: campanhas informativas sobre as vantagens financeiras do cacau certificado; capacitação de fazendeiros nas atividades de certificação; facilitação do processo de certificação junto aos órgãos competentes.	300.000,00
1.8. Cobertura florestal nativa ampliada em, no mínimo, 5%, no ES e nordeste de MG, para conexão e aumento do habitat disponível para as espécies alvo.		• Identificar novas áreas de ocorrência de populações das espécies alvo do PAN, principalmente <i>A. guariba</i> .	1.500.000,00
		• Definir quais são as populações chaves para conservação das espécies alvo do PAN	Insignificante
		• Identificar áreas importantes para ampliação de habitat disponível e conexão das populações das espécies alvo, utilizando os dados disponíveis e a informação resultante da pesquisa de campo.	30.000,00
		• Contribuir e direcionar, com base no PAN, a execução das ações de restauração florestal previstas no âmbito do CCMA.	5.000.000,00
1.9. Deterioração ambiental das áreas de ocorrência das espécies alvo no ES e nordeste de MG reduzida em 20%.		• Estabelecer uma linha de base para a cobertura florestal nativa atual, áreas relevantes de conservação das espécies alvo e pontos críticos para a fiscalização, e revisá-la após cinco anos, para medir as alterações.	40.000,00
		• Elaborar um plano de fiscalização estratégico focado nas áreas críticas de ocorrência das espécies alvos.	20.000,00
		• Implementar o plano de fiscalização.	500.000,00

		<ul style="list-style-type: none"> <li>Fazer gestão para incorporação do ICMS ecológico pelo governo da BA e ES.</li> </ul>	Insignificante
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a incorporação do PAN nas estratégias de conservação da biodiversidade previstas nos planos diretores municipais existentes e a serem revisados ou elaborados</li> </ul>	Insignificante
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Divulgar e promover o PAN, por meio de reuniões regionais utilizando a divisão estratégica do CCMA somando ao Corredor Ecológico Caratinga Sossego com atores identificados (Corredores Ecológicos, IPEMA, IBIO, Comitês de Bacias, Flora Brasil, CECO, BIODIVERSITAS, CI, FUNAI, INCRA, Financiadores de crédito agrícola) e governos estaduais e municipais diagnosticando as ações e demais projetos nas regiões foco para otimizar esforços de políticas públicas e de adequação ambiental das propriedades rurais (averbação de Reserva Legal e proteção de APP).</li> </ul>	300.000,00
	1.10. Áreas protegidas sob a forma de Unidades de Conservação de Proteção Integral e RPPN ampliadas em 10% e fortalecidas no ES e Nordeste de MG.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Identificar áreas potenciais para criação de UC de Proteção Integral na região de ocorrência das espécies alvo do PAN e propor a criação nas áreas consideradas relevantes.</li> </ul>	300.000,00
<ul style="list-style-type: none"> <li>Incentivar a criação e implantação de RPPN nas áreas críticas para conservação das espécies alvo do PAN.</li> </ul>		200.000,00	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Criar e implantar um micro-corredor ecológico incluindo as áreas protegidas das Unidades de Conservação da região da bacia dos rios Jequitinhonha e Mucuri.</li> </ul>		50.000,00	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Fazer gestão para regulamentação do Decreto de definição das Zonas de Amortecimento das UC.</li> </ul>		Insignificante	
2. Pressão de Caça Sobre os Táxons alvo reduzida	2.1. Diminuição em pelo menos 50% da caça ilegal (cultural, recreativa e esportiva) do miquiqui-do-sul e do veado-bororó dentro das unidades de conservação e zonas de amortecimento.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover estudos acerca dos hábitos de caça, nas áreas de ocorrência do miquiqui-do-sul e do veado-bororó.</li> </ul>	50.000,00
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Capacitar os agentes ambientais para fiscalização específica da caça.</li> </ul>	50.000,00
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Incluir no Plano Anual de Proteção Ambiental (PNAPA) do IBAMA ações de inteligência/investigação e fiscalização da caça priorizando as áreas de ocorrência do miquiqui-do-sul e do veado-bororó.</li> </ul>	Insignificante
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Criar programa de geração de renda para populações humanas que vivem nas áreas de ocorrência das espécies alvo e iniciar sua implantação.</li> </ul>	400.000,00
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Criar programa de educação ambiental em diversas faixas etárias, com inserção curricular no ensino formal (ensino infantil, fundamental e médio) e iniciar sua implantação.</li> </ul>	85.000,00 por ano
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Capacitar agentes ambientais locais para efetivação do Programa de Educação Ambiental nas áreas de ocorrência das espécies alvo, priorizando o entorno das UC.</li> </ul>	10.000,00 cada curso, por espécie, por ano
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Formalizar as parcerias com as Polícias Ambientais, IBAMA e órgãos gestores das unidades de conservação nos Estados de São Paulo e Paraná, para efetivar as ações de fiscalização.</li> </ul>	Insignificante
	2.2. Pressão de caça reduzida em 30% sobre as espécies alvo com ocorrência no sul e baixo sul da Bahia, principalmente nas áreas de relevância para as mesmas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mapear as diferentes categorias de caça (culturais, subsistência e comercial (todos os fins) identificando quem (os atores), como (metodologia usada) onde (áreas preferidas de caça) e o que (quais espécies) eles caçam.</li> </ul>	150.000,00
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolver e implementar metodologia para avaliar quantitativamente pressão de caça, que possa ser usado para todas as espécies alvo e determinar o marco zero que será usada para avaliar o efeito das ações propostas para diminuir a ameaça por meio de monitoramento de caça nas áreas alvo.</li> </ul>	150.000,00
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolver e implementar um programa de educação ambiental nas escolas dos municípios dentro das áreas de ocorrência das espécies onde a caça foi identificada como um problema para as espécies alvo. Estes programas serão específicos baseado nos resultados encontrados no mapeamento.</li> </ul>	100.000,00 a 350.000,00
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolver e implementar um programa de mitigação de caça, baseado nos resultados do mapeamento das categorias de caça, que podem incluir por exemplo atividades como: fornecer alternativas econômicas sustentáveis, programa de conscientização aspectos legais da caça para os atores diretos (caçadores).</li> </ul>	200.000,00
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Monitorar continuamente a pressão de caça nas áreas de relevância indicadas.</li> </ul>	200.000,00
	2.3. Pressão de caça e captura nas áreas relevantes para as espécies alvo com ocorrência no Espírito Santo e nordeste de Minas Gerais reduzida de maneira significativa.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar estudos específicos para quantificar e qualificar a pressão de caça sobre as espécies <i>C. robustus</i>, <i>C. flaviceps</i>, <i>B. hypoxanthus</i>, <i>C. personatus</i>, <i>A. guariba</i>, <i>C. subspinosus</i> e <i>B. torquatus</i>, em UC e entorno.</li> </ul>	150.000,00
<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar atividade que possibilite a reflexão dos proprietários rurais a fim de combater a prática de caça na região.</li> </ul>		50.000,00	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Estabelecer um programa de fiscalização com patrulhas periódicas e de inteligência que possibilite conhecer, diminuir e permitir o monitoramento das pressões de caça</li> </ul>		1.500.000,00	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Enviar à assessoria parlamentar proposta de alteração na legislação ambiental de forma a tornar a captura e a caça de espécies ameaçadas punível efetivamente com pena restritiva de liberdade por um período de três meses</li> </ul>		Insignificante	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Articular contratação de pessoal para a fiscalização e/ou difundir a prática de atividade delegada e outros convênios voltados à complementação de recursos humanos para a fiscalização de caça</li> </ul>		2.500.000,00	

		<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar um programa de capacitação e sensibilização do poder judiciário e delegados de polícia sobre a problemática da caça de espécies ameaçada</li> </ul>	Insignificante
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Executar o programa de sensibilização do poder judiciário e delegados de polícia sobre a problemática da caça de espécies ameaçadas.</li> </ul>	200.000,00
3. Populações <i>in situ</i> e <i>ex situ</i> dos táxons alvo manejadas adequadamente e para incremento de sua viabilidade	3.1. Programa de manejo da metapopulação ( <i>in situ</i> e em população <i>ex situ</i> já existente) visando a conservação de <i>L. rosalia</i> , consolidado.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fazer gestão para definir as competências institucionais sobre o manejo em cativeiro de táxons alvo de programas de conservação <i>ex situ</i> vinculados a este PAN.</li> <li>Implementar e monitorar o programa de manejo da metapopulação (<i>in situ</i> e população <i>ex situ</i> já existente) de <i>L. rosalia</i>.</li> </ul>	Zero 700.000,00 por ano
	3.2. Implantação de programas de manejo de sub-populações ( <i>in situ</i> e/ou <i>ex situ</i> ) para as espécies (mico-leão-preto, mico-leão-da-cara-preta, miquiqui-do-sul e veado-bororó).	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atualizar os dados sobre as subpopulações de mico-leão-preto <i>in situ</i> e da população <i>ex situ</i>, como base para detalhar o programa de manejo da espécie.</li> </ul>	5.000,00
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Oficializar o programa de manejo já existente do mico-leão-preto <i>in situ</i> e o programa de conservação <i>ex situ</i>.</li> </ul>	Insignificante
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Dar continuidade à execução do programa de manejo (<i>in situ</i>) do mico-leão-preto, mico-leão-de-cara-dourada, miquiqui-do-sul e veado-bororó.</li> </ul>	500.000,00
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliar a necessidade de manejo de subpopulações do mico-leão-da-cara-preta.</li> </ul>	10.000,00
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliar a necessidade de criar um programa de conservação <i>ex situ</i> de subpopulações do mico-leão-da-cara-preta.</li> </ul>	10.000,00
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar um protocolo para situações emergenciais para destinação de espécimes (<i>in situ</i> e/ou <i>ex situ</i>) de mico-leão-preto, mico-leão-da-cara-preta, miquiqui-do-sul e veado-bororó.</li> </ul>	10.000,00
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Oficializar um programa de conservação <i>ex situ</i> para o miquiqui-do-sul</li> </ul>	20.000,00
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Definir o manejo das populações selvagens inviáveis de miquiqui-do-sul.</li> </ul>	20.000,00
	3.3. Programa implementado para as espécies com ocorrência no sul e baixo sul da Bahia que necessitem de manejo <i>ex situ</i> .	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar, oficializar e divulgar o programa de conservação <i>ex situ</i> do veado-bororó (<i>Mazama bororo</i>).</li> </ul>	15.000,00
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolver e implementar um método para avaliar se atividades <i>ex situ</i> para cada espécie são apropriadas, viáveis e definir claramente as funções (se população reserva, banco genético, triagem) e objetivos de cada população <i>ex situ</i> já existente ou recomendada.</li> <li>Definir os atores e suas atribuições na criação e manutenção de cada programa <i>ex situ</i> para as espécies alvo, e identificar critérios para a avaliação do funcionamento do programa.</li> </ul>	50.000,00 5.000,00
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementar os programas <i>ex situ</i> identificados como necessários para as espécies alvo.</li> </ul>	100.000,00 a 800.000,00 por espécie
	3.4. Programas de Manejo elaborado para as espécies de primatas com ocorrência no ES e nordeste de MG, ouriço-preto e preguiça-de-coleira, incluindo o manejo <i>ex situ</i> , e iniciados.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fazer diagnóstico preciso e propor as ações do manejo necessário para as espécies <i>C. robustus</i>, <i>C. flaviceps</i>, <i>B. hypoxanthus</i>, <i>C. personatus</i>, <i>A. guariba</i>, <i>C. subspinosus</i> e <i>B. torquatus</i>, incluindo identificação dos pontos críticos de maior incidência de atropelamentos, análise dos riscos associados às solturas de espécimes das espécies alvo e a avaliação da necessidade de programas <i>ex situ</i> das espécies alvo do PAN.</li> </ul>	500.000,00
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Iniciar a execução das ações emergenciais identificadas em cada Programa de Manejo.</li> </ul>	1.000.000,00
4. Risco gerado por populações alóctones de espécies com potencial invasor sobre os táxons alvo reduzido	4.1. Espécies de primatas invasoras ( <i>Callithrix penicillata</i> , <i>C. jacchus</i> e híbridos erradicadas da área de ocupação de <i>Leontopithecus rosalia</i> e <i>Callithrix aurita</i> em UC, e <i>Leontopithecus chrysomelas</i> erradicado do RJ.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar seminário para definir metodologias para a erradicação e destinação das espécies de primatas invasoras no RJ e nordeste de SP.</li> </ul>	30.000,00
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementar o Plano de Erradicação de <i>L. chrysomelas</i> no RJ.</li> </ul>	700.000,00
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar e executar plano de erradicação de <i>C. jacchus</i>, <i>C. penicillata</i> e híbridos nas Unidades de Conservação na área da Bacia do Rio São João/RJ, incluindo monitoramento e campanhas educativas.</li> </ul>	400.000,00
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar e executar plano de erradicação de <i>C. jacchus</i>, <i>C. penicillata</i> e híbridos nas UC da região serrana do RJ, incluindo monitoramento e campanhas educativas.</li> </ul>	500.000,00
	4.2. Programas de prevenção e controle de espécies alóctones e exóticas invasoras de flora e fauna, nas áreas de ocorrência das espécies alvo (mico-leão-preto, mico-leão-de-cara-dourada,	<ul style="list-style-type: none"> <li>Oficializar no ICMBio o programa de controle de espécies da fauna e flora alóctones e invasoras em unidades de conservação federal e que estejam impactando negativamente espécies nativas ameaçadas de extinção.</li> </ul>	Insignificante
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Viabilizar juridicamente todas as etapas para destinação das espécies de fauna alóctones e invasoras, retiradas do ambiente natural, incluindo o envio para o exterior.</li> </ul>	25.000,00

	muriqui-do-sul, veado-bororó e rato-cururuá, priorizando as unidades de conservação e entorno, iniciados.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar e iniciar um plano local de prevenção e controle de espécies da fauna e flora alóctones e invasoras nas unidades de conservação e suas zonas de amortecimento, onde ocorrem as espécies alvo (mico-leão-preto, mico-leão-da cara-preta, muriqui-do-sul, veado-bororó e o rato-cururuá).</li> </ul>	100.000,00 por ano
	4.3. Nenhuma nova população de espécies alóctones com potencial invasor estabelecida e 20% das populações existentes erradicadas no ES e nordeste de MG.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar e implementar um programa de difusão dos problemas causados pela introdução de espécies alóctones</li> </ul>	200.000,00
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Fazer o diagnóstico das populações das espécies alóctones com potencial invasor e detectar as áreas críticas onde essas populações ocorrem.</li> </ul>	100.000,00
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar Seminário para definir a metodologia de remoção das espécies alóctones invasoras e sua destinação.</li> </ul>	30.000,00
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Remover, das áreas identificadas, as populações de espécies alóctones detectadas.</li> </ul>	500.000,00
5. Conhecimento chave para a conservação dos táxons gerado e disponibilizado para subsidiar a tomada de decisões relacionadas a estratégias de conservação	5.1. Informações geradas e disponibilizadas sobre as áreas de ocorrência atual das populações de todas as espécies alvo do PAN com ocorrência no RJ e nordeste de SP, e monitoramento de sete populações da metapopulação de <i>L. rosalia</i> .	<ul style="list-style-type: none"> <li>Inventariar e estimar os tamanhos populacionais de <i>C. aurita</i>, <i>C. flaviceps</i>, <i>B. arachnoides</i>, <i>B. hypoxanthus</i> e <i>B. torquatus</i>, buscando variáveis ambientais para modelos preditivos de ocorrência, considerando as ações do PAN Muriqui.</li> </ul>	300.000,00
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementar o Plano de Monitoramento da Metapopulação de <i>L. rosalia</i>, já existente, incluindo estudos sobre tamanho, densidade e estrutura populacional, grau de diferenciação genética, taxa de consangüinidade etc.</li> </ul>	230.000,00 por ano
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementar o projeto, já existente, Estudo da Distribuição Geográfica e Variabilidade Genética para <i>T. eliasi</i> em Restingas e Matas de Baixada do Rio de Janeiro.</li> </ul>	200.000,00
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolver inventário e estudos de distribuição geográfica visando atualizar o conhecimento das áreas de ocorrência das populações <i>P. ferrugineus</i>, <i>R. rufescens</i>, <i>L. bokermanni</i> e <i>M. bororo</i>.</li> </ul>	200.000,00
	5.2. Geração e disponibilização de conhecimento sobre a distribuição geográfica atual e status de conservação das populações ( <i>in situ</i> e <i>ex situ</i> ) do mico-leão-preto, mico-leão-de-cara-preta, muriqui-do-sul, veado-bororó, rato-cururuá e o morcego ( <i>L. ebenus</i> ).	<ul style="list-style-type: none"> <li>Compilar os dados sobre ocorrência e demografia do mico-leão-preto, mico-leão-da-cara-preta, muriqui-do-sul, veado-mateiro-pequeno e o rato-cururuá.</li> </ul>	100.000,00
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Caracterizar a estrutura genética das populações de mico-leão-preto, mico-leão-da-cara-preta, muriqui-do-sul e veado-mateiro-pequeno, as quais são necessárias para decisões de manejo metapopulacional.</li> </ul>	400.000,00
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar e iniciar a Implementação de programas de medicina da conservação para as populações de mico-leão-preto, mico-leão-da-cara-preta e muriqui-do-sul.</li> </ul>	400.000,00
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Quantificar as populações de mico-leão-preto, mico-leão-da-cara-preta e muriqui-do-sul em suas áreas de ocorrência.</li> </ul>	1.000.000,00
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Diagnosticar e quantificar as ameaças e os fatores de pressão sobre as populações de mico-leão-preto, mico-leão-da-cara-preta, muriqui-do-sul, veado-bororó e o rato-cururuá.</li> </ul>	100.000,00
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar e divulgar um novo PHVA para o mico-leão-preto e mico-leão-da-cara-preta.</li> </ul>	100.000,00
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliar o status taxonômico e geográfico do morcego <i>Lasiurus ebenus</i>.</li> </ul>	50.000,00
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Fazer gestão para execução das demais ações de pesquisa inseridas nos PHVAs do mico-leão-preto e de cara-preta e nos PANs dos muriquis (muriqui-do-sul), dos cervídeos (veado-bororó) e dos pequenos mamíferos (rato-cururuá).</li> </ul>	Insignificante
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Capacitar recursos humanos para geração e disponibilização de conhecimento acerca das espécies: mico-leão-preto, mico-leão-da-cara-preta, muriqui-do-sul e veado-mateiro-pequeno.</li> </ul>	400.000,00
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar estudos ecológicos e comportamentais sobre mico-leão-da-cara-preta em toda sua área de distribuição.</li> </ul>	1.000.000,00
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar estudos ecológicos e comportamentais sobre mmuriqui-do-sul em toda sua área de distribuição.</li> </ul>	1.000.000,00	
5.3. Conhecimento necessário gerado e disponibilizado para ser usado nas tomadas de decisões e nas estratégias de manejo das espécies alvo com ocorrência no sul e baixo sul BA.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Identificar as lacunas de conhecimento relevantes para a conservação das espécies alvo e divulgá-las (no meio acadêmico e órgãos financiadores e gestores, por exemplo), e investigar as possibilidades para projetos colaborativos.</li> </ul>	30.000,00	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar estudos sobre distribuição geográfica, ecologia, conservação, e genética das espécies alvos dentro do escopo do PAN, prioritariamente sobre os temas identificados.</li> </ul>	2.400.000,00	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Divulgar os resultados obtidos nos estudos realizados nas ações acima entre os pesquisadores envolvidos diretamente e indiretamente nestas pesquisas (investigando oportunidades para colaborações) e para o grupo não acadêmico.</li> </ul>	10.000,00	
6. Diretrizes do PAN consideradas na elaboração e aplicação de políticas públicas, em	6.1. 100% dos empreendimentos, com significativo impacto ambiental, a serem licenciados em áreas prioritárias na atual área de ocorrência dos táxons no RJ e nordeste SP, com dispositivos que permitam as conexões funcionais entre os fragmentos e a conservação,	<ul style="list-style-type: none"> <li>Identificar e mapear, inclusive por meio de SIG, as áreas prioritárias para conservação dos táxons alvo do PAN, inclusive considerando as seguintes áreas: Restingas de Grussaí, Maricá, Beira de Lagoa, Jurubatiba, Cabo Frio e do Farol de São Tomé, Mosaicos Mico Leão Dourado, Central Fluminense, Bocaina e Mantiqueira, Corredor Ecológico do Muriqui e Morro do Itaoca.</li> </ul>	15.000,00
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Identificar e mapear, inclusive por meio de SIG, os empreendimentos previstos para o RJ e nordeste SP e sobrepor ao mapa de áreas prioritárias para a conservação dos táxons.</li> </ul>	5.000,00

especial o licenciamento ambiental e também para a sensibilização da sociedade civil.	monitoramento ou restauração ambiental implementados.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Gerar um banco de dados em SIG com acesso remoto e disponibilizá-lo ao público em geral, em diferentes níveis de acesso, integrando informações sobre empreendimentos, fragmentos florestais, áreas prioritárias para a conservação dos táxons objeto do PAN, áreas objeto de autuação, pesquisas, entre outras.</li> <li>Fazer gestão junto aos órgãos licenciadores para que os dispositivos que permitam as conexões funcionais entre os fragmentos e a conservação, monitoramento ou restauração ambiental sejam consideradas como condicionantes no processo de licenciamento nas áreas prioritárias para conservação dos táxons.</li> </ul>	300.000,00
	6.2. Dispositivos que permitam as conexões funcionais entre os fragmentos, a conservação, monitoramento ou restauração ambiental, estabelecidos em empreendimentos de significativos impacto ambiental já instalados no RJ e nordeste de SP – 100% para empreendimentos em UC de proteção integral e 50% para empreendimentos em UC de uso sustentável.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Identificar e mapear os empreendimentos de significativo impacto ambiental já instalados em UC na área de ocorrência dos táxons alvo do PAN.</li> </ul>	2.000,00
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a regularização dos empreendimentos de significativo impacto ambiental já instalados visando o restabelecimento de dispositivos que permitam as conexões funcionais entre os fragmentos, a conservação, monitoramento ou restauração ambiental.</li> </ul>	5.000,00
	6.3. População humana da área de ocorrência dos táxons conhecedora da legislação ambiental e sensibilizada da importância dos táxons alvo do PAN para manutenção da qualidade do ambiente no RJ e nordeste de SP.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar e implementar um programa estratégico de informação e sensibilização, multinstitucional, com linhas de ação específicas para os diferentes públicos e conteúdos, incluindo abordagens direcionadas às comunidades estratégicas e para a sociedade em geral por meios de comunicação de massa.</li> </ul>	20.000,00
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar e executar um programa de capacitação de agentes públicos (federais, estaduais e municipais) em temas afetos a este PAN, notadamente sobre legislação ambiental, licenciamento, planejamento/gestão territorial e biologia da conservação.</li> </ul>	700.000,00 por ano
	6.4. 100% dos planos diretores novos ou revisados, dos municípios do RJ e nordeste de SP, na área de distribuição atual dos táxons alvo das ações previstas no PAN, considerando essas ações e assegurando a manutenção e conservação integral dos remanescentes da Mata Atlântica na área rural.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fazer gestão, junto aos Conselhos Municipais de Meio Ambiente e Secretarias pertinentes ao tema, para que as ações previstas neste PAN sejam incluídas nos Planos Diretores dos municípios na área de distribuição atual dos táxons.</li> </ul>	80.000,00 por ano
	6.5. 20% das propriedades rurais do RJ e nordeste SP, na área de ocorrência dos táxons objetos do PAN, ambientalmente adequadas conforme legislação vigente (Código Florestal, CONAMA).	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar e implementar um programa de incentivo à adequação das propriedades rurais nas áreas de ocorrência dos táxons objeto do PAN, identificando propriedades com déficit de Reserva Legal e APP (Áreas de Preservação Permanente) e fomentando a averbação e recuperação dessas áreas em locais estratégicos para a conservação dos táxons.</li> </ul>	30.000,00
	6.6. Mitigação dos impactos dos empreendimentos e das ações antrópicas, nas áreas de ocorrência do mico-leão-preto, mico-leão-da-cara-preta, muriqui-do-sul, veado-bororó e do rato-cururuá.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar protocolos padronizados de levantamento e monitoramento das espécies alvo do PAN, para incorporação nos processos de licenciamento de empreendimentos inseridos nas suas áreas de distribuição geográfica (Termo de Referência e Projetos Básico Ambiental).</li> </ul>	200.000,00 por ano
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Fazer gestão junto às agências licenciadoras para incluir a responsabilidade do empreendedor no manejo e conservação (in situ e ex situ) das populações impactadas das espécies alvo do PAN.</li> </ul>	Insignificante
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Fazer gestão junto às Câmaras Técnicas de Compensação Ambiental dos Estados de São Paulo e Paraná para aplicação de recursos financeiros nos projetos de criação e implantação de unidades de conservação de proteção integral nas áreas de ocorrência das espécies alvo (mico-leão-preto, mico-leão-da-cara-preta, muriqui-do-sul, veado-mateiro-pequeno e o rato-cururuá - <i>Phyllomys thomasi</i>)</li> </ul>	Insignificante
6.7. Instituições (governamentais e não governamentais), principalmente atuantes nos municípios de ocorrência das espécies alvo (mico-leão-preto, mico-leão-da-cara-preta, muriqui-do-sul, veado-bororó e do rato-cururuá), articuladas para execução das ações.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar oficinas com as instituições governamentais e não governamentais para a divulgação do Plano de Ação Nacional e promover a pactuação na execução das ações necessárias para conservação das espécies alvo.</li> </ul>	200.000,00	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar materiais de divulgação sobre o Plano de Ação.</li> </ul>	25.000,00	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fazer gestão sobre as agências de fomento públicas e privadas para o financiamento das ações contidas neste Plano.</li> </ul>	Insignificante	
6.8. Todas as atividades turísticas inseridas em UC e entorno (área de amortecimento), dentro da área de	<ul style="list-style-type: none"> <li>Propor medidas de correção das atividades onde for verificado impacto negativo sobre as populações alvo (o mico-leão-preto, o mico-leão-da cara-preta, o muriqui-do-sul, o veado-bororó e o rato-cururuá).</li> </ul>	20.000,00 por espécie, por ano	

	ocorrência do mico-leão-preto, mico-leão-da-cara-preta, miquiqui-do-sul, veado-bororó e rato-cururuá, embasadas em critérios técnicos de proteção as espécies.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Propor medidas de correção das atividades onde for verificado impacto negativo sobre as populações alvo (o mico-leão-preto, o mico-leão-da cara-preta, o miquiqui-do-sul, o veado-bororó e o rato-cururuá).</li> <li>• Capacitar os diversos atores envolvidos nas atividades de turismo para que tenham e multipliquem atitudes responsáveis dentro das unidades de conservação com ocorrência das espécies alvo (o mico-leão-preto, o mico-leão-da cara-preta, o miquiqui-do-sul, o veado-bororó e o rato-cururuá).</li> </ul>	Insignificante
	6.9. Políticas Públicas voltadas para a conservação das espécies alvo com ocorrência no sul e baixo sul BA implementadas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a criação de uma câmara técnica entre instituições (ICMBio, IBAMA, IMA, INCRA, CDA e Prefeituras) buscando definições para melhor alocação, e tipos de assentamentos e regularização ambiental visando a manutenção das populações das espécies alvo e seus habitats naturais.</li> </ul>	20.000,00
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaborar um protocolo para diagnóstico e monitoramento das espécies alvo para empreendimentos/atividades nas áreas de ocorrência e incorporá-los nos processos de licenciamento ambiental.</li> </ul>	20.000,00
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fazer gestão sobre as agências licenciadoras (IMA e IBAMA) para incluir a responsabilidade do empreendedor sobre o manejo e conservação das espécies alvo, como condicionante do processo de licenciamento ambiental.</li> </ul>	5.000,00
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fazer gestão sobre as instituições licenciadoras e fiscalizadoras para destinar recursos de medidas compensatórias ou conversão de multas para implementação de ações de manejo e conservação das espécies alvo.</li> </ul>	5.000,00
	6.10. Empreendimentos a serem licenciados no ES e nordeste MG em áreas indicadas como críticas na região de ocorrência dos táxons, com dispositivos que permitam as conexões funcionais entre os fragmentos e a conservação, monitoramento ou restauração ambiental.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaborar o diagnóstico dos empreendimentos de médio e grande porte planejados para a área de ocorrência das espécies alvo do PAN</li> </ul>	30.000,00
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fazer gestão para que sejam aplicadas as condicionantes ambientais e indicação de alternativas de locais que diminuam as taxas de atropelamentos, principalmente na região da duplicação das rodovias BR 101 (trecho do ES), prioritariamente no trecho que corta a Reserva Biológica de Sooretama, e 381 (Governador Valadares/Belo Horizonte).</li> </ul>	Insignificante
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fazer gestão para que o planejamento de obras de infra-estrutura esteja articulado com a estratégia de conservação das espécies ameaçadas alvo do PAN, com atenção especial para as PCH existentes e as planejadas para implantação no alto e médio Rio Doce, e alto do Rio Jequitinhonha.</li> </ul>	Insignificante

## Realização



Ministério do  
Meio Ambiente

## Apoio



PROBIO II



